

Governo não se entende sobre a data para anunciar o pacote de ajuste fiscal

Enquanto ala política quer esperar eleições, equipe econômica reivindica o dia 20

• **BRASÍLIA.** A data de divulgação do pacote fiscal depende de dois calendários conflitantes, o político e o econômico, e está dividindo o Governo. Ministros e assessores próximos do presidente Fernando Henrique Cardoso querem que as medidas de ajuste fiscal sejam divulgadas no dia 26, após o segundo turno das eleições para governador. Já o ministro da Fazenda, Pedro Malan, defende que o anúncio seja no dia 20, como o previsto inicialmente, para evitar que turbulências internacionais afetem o país.

A avaliação da área política do Governo é de que as medidas seriam apresentadas ao presidente no dia 20, uma terça-feira, mas anunciadas na segunda-feira seguinte para não perturbar a campanha de aliados. O governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, que disputa o segundo turno com Olívio Dutra, do PT, é um dos exemplos mais citados por essa ala do Governo. Se o anúncio for na data que quer Malan, o candidato petista abriria uma campanha contra Britto, e o próprio candidato aliado teria que criticar algumas medidas, para evitar perda de votos.

Maluf poderia ir para a oposição e vencer Covas

Até o governador de São Paulo, Mario Covas, do PSDB, pode ser afetado, pois Paulo Maluf poderia simplesmente antecipar sua ida para a oposição para vencer o rival. Além disso, se as medidas facilitarem a vitória de candidatos não aliados ao Planalto, como Itamar Franco, em Minas, Anthony Garotinho, no Rio, e Olívio Dutra, no Sul, poderiam dificultar as negociações com os estados para incluí-los no esforço de ajuste fiscal. Afinal, esse grupo acha pouco viável que o Congresso aprove um projeto ampliando para os estados a idéia do gatilho para conter gastos, sem negociação com os governadores eleitos.

Em nome das dificuldades políticas, a equipe econômica teria que administrar expectativas negativas geradas pelo adiamento. Ontem, o porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, admitiu que o ajuste fiscal poderá ser divulgado



O MINISTRO DA FAZENDA, Pedro Malan: convocado para depor no Senado

oficialmente depois do dia 25.

— O presidente pediu que esse programa seja submetido a ele até o dia 20. Ele vai examinar e, aprovando, será enviado ao Congresso o que depender do Congresso. Ele terá o tempo que achar necessário (para analisar as medidas) — disse Amaral.

Malan trabalha com a data de 20 de outubro desde que o presidente, no discurso de vitória, disse que havia determinado à equipe econômica que antecipasse a conclusão das medidas. O minis-

tro estava em Washington, na reunião do Fundo Monetário Internacional, e assumiu compromissos com um calendário para reforçar a credibilidade do país, que incluía a divulgação do ajuste na próxima semana, seguido de um acordo com o Fundo. Para investidores, Malan reforçou a disposição do Governo para adotar medidas pouco populares antes do segundo turno.

Sem o anúncio na data prevista, o mercado poderia interpretar o adiamento como um recuo do

Governo, o que poderia aumentar a fuga de capitais. Segundo a equipe econômica, a situação melhorou nos últimos dias devido à credibilidade que Malan recuperou em Washington e porque a situação internacional está mais calma. Mas, se outro fundo quebrar nos Estados Unidos, por exemplo, o pânico voltaria.

No Congresso, os aliados também se opõem ao anúncio do pacote antes do segundo turno, e convidaram Malan a comparecer à Comissão de Economia do Senado, no dia 28 ou 29. E o Governo precisa dos aliados até para aprovar a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que termina no fim de 1999. Uma das medidas em estudo é aumentar o FEF — que permite ao Governo usar receitas sem vinculação com gastos — dos atuais 20% para 25% ou 30% da arrecadação.

FH quer que governadores adotem medidas nos estados

Fernando Henrique já começou a negociar com os governadores eleitos em primeiro turno para obter apoio no Congresso para o ajuste fiscal. O presidente quer que eles adotem o ajuste fiscal em seus estados e trabalhem para que deputados e senadores de suas bancadas votem a favor das medidas no Congresso. Ontem, ele se encontrou com os candidatos eleitos em Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB), e Paraíba, o atual governador José Maranhão (PMDB). Na semana passada, o presidente tinha se reunido com Jarbas Vasconcelos (PMDB), eleito governador de Pernambuco.

O governador reeleito do Ceará, Tasso Jereissati, se reuniu com Malan. Na saída, ele disse que o projeto de lei tratando da regulamentação do sistema de finanças públicas a ser encaminhado ao Congresso não vai estabelecer metas em números para os estados. Segundo Jereissati, serão fixados critérios para que os estados se ajustem. O governador assegurou também que existe um consenso na equipe econômica de que os estados poderão gastar o dinheiro da privatização em investimentos, sem que isso caracterize aumento de déficit. ■

Gustavo Miranda/13-10-98